

Vigilância e controle territorial entre os Wajãpi: desafios para superar uma transição na gestão do coletivo

Dominique Tilkin Gallois¹

Este texto trata dos desafios que se colocam hoje aos Wajãpi, para a continuidade de seu engajamento em ações de vigilância de sua terra, uma área com 604.000 ha., homologada em 1996, no estado do Amapá. Os aspectos aqui selecionados não esgotam a complexidade dos fatores de ordem interna e externa a serem considerados para um diagnóstico, que exigiria um detalhamento das políticas públicas incidentes na terra indígena, assim como de seus impactos sobre a organização social, política e territorial dos Wajãpi. O que segue é um relato a respeito dos variados procedimentos de apoio e fomento à "autonomia" indígena, ora em curso na TI Wajãpi.

Os Wajãpi têm vivido uma situação privilegiada ao longo das últimas duas décadas, durante as quais consolidaram um movimento de controle de seu território, iniciado nos anos 80 e que culminou com a demarcação física, realizada com intensa participação de todos os grupos locais, entre 1994 e 1996 (2). No final deste período, encontrava-se fortalecida sua autoconfiança na capacidade de controlar a terra demarcada, de acordo com sua organização tradicional, dispersos e circulando entre os diversos assentamentos que cada um dos grupos locais ocupa. Estava claro para todos os Wajãpi que, "para segurar a demarcação", era indispensável ocupar mais sistematicamente as faixas de limites, onde muitas famílias, já

¹ Docente do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Coordenadora do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo / USP e sócia fundadora do Iepé que, em 2002, assumiu a gestão do Programa Wajãpi, até então desenvolvido sob a gestão do Centro de Trabalho Indigenista / CTI.

² Ver: D.T.Gallois - "Brazil: the Case of the Waiãpi" - in: Gray, A., Paradella, A. & Newing, H. (eds) From principle to practice: Indigenous Peoples and biodiversity conservation in Latin America, IWGIA, Forest People Programme & AIDSESP, Copenhagen, 1998 e "Participação indígena: a experiência da demarcação Waiãpi" - in: Demarcações de terras indígenas na Amazônia, PPTAL/FUNAI & GTZ, Brasília (1999).

em 1996, planejavam implantar novas aldeias. Tinham como expectativa que essas aldeias seriam atendidas pelos programas de assistência "diferenciada", que as políticas federais e estaduais de educação e saúde indígena anunciavam. Contavam com um significativo contingente de agentes indígenas em formação (professores, monitores de saúde, motoristas e mecânicos, secretários de aldeia, etc...) e dispunham de parceiros para assegurar essa capacitação. Ao mesmo tempo, vinham consolidando novas experiências para a tomada de decisões coletivas internas e para a representação externa dos interesses das diferentes aldeias. Um contexto sem dúvida privilegiado, comparativamente a outras áreas indígenas na Amazônia, em que a parceria entre o CTI e o Conselho das Aldeias Wajãpi/Apina previa conjugar esforços para ações articuladas nas áreas de educação escolar, de assistência à saúde, de controle territorial e ambiental, todas elas conduzidas com procedimentos predominantemente educativos e participativos. No final da demarcação física da TI Wajãpi, a parceria entre o CTI e o Apina recebia apoio de várias instituições interessadas em garantir a consolidação de todo este movimento e visava sustentar a demarcação e o fortalecimento da autonomia dos grupos locais wajãpi (3). Entretanto, logo em 1997, iniciou-se uma intensa campanha de difamação contra o CTI e seus integrantes, que resultou na interrupção de todos os trabalhos e no cancelamento de um Projeto de Recuperação Ambiental aprovado pelo MMA/PDA. A celeuma, denominada pelos Wajãpi "guerra dos papéis", deixou marcas profundas, especialmente porque retardou ações de controle territorial e ambiental, que só vêm sendo retomadas agora, passados cinco anos. Nesse intervalo, a manifestação de interesses contrários ao controle indígena sobre os recursos da terra demarcada, por parte de políticos da região, recebeu apoio de missionários evangélicos e de alguns funcionários da FUNAI local. A campanha promovida por esses agentes, historicamente avessos à atuação de entidades não-governamentais e de antropólogos, promoveu o alinhamento das facções wajãpi à campos políticos divergentes no Amapá (4). É assim que surgiu, em 1998, a "Associação dos Povos Indígenas Wajãpi do Triângulo do Amapari" (APIWATA), assessorada por funcionários da ADR

³ A Fundação Mata Virgem da Noruega, a Coordenação de Escolas Indígenas do MEC e o Núcleo de Educação Indígena do Amapá apoiaram cursos de formação e supervisão das escolas indígenas; a Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério da Saúde apoiavam ações de assistência e de formação de agentes indígenas, o PPTAL-FUNAI apóia um programa de vigilância, o MMA-PD/A se comprometia a implantar um projeto de recuperação de áreas degradadas na bacia do rio Aimã.

⁴ Ver Schwengber, A M. – A recente saga Waiãpi – in: Aconteceu Povos Indígenas no Brasil 1996/2000, Instituto Socioambiental, 2001.

FUNAI e por agentes da New Tribes Mission. A visibilidade dos dirigentes desta facção era ainda promovida pelos parlamentares que, naquele momento, se preparavam para dirigir nova campanha contra as ONGs e especialmente contra o CTI, na CPI da FUNAI, em 1999. Entretanto, a maior parte das aldeias Wajãpi continuavam representadas no Conselho das Aldeias Apina, que se mobilizou para conseguir o retorno da equipe de assessores do CTI e que contou com a solidariedade de múltiplas entidades indigenistas e ambientalistas para reverter a campanha lançada contra seus interesses.

É, portanto, neste contexto muito específico que um conflito entre facções wajãpi foi elevado a um fato da mídia. Na verdade, as relações entre grupos wajãpi sempre foram marcadas por tensões, antes limitadas a assuntos resolvidos sem a mediação dos brancos, como transações matrimoniais, ocupação e uso de percursos de caça e de áreas para roças, acusações de agressão xamanística, etc... A crise durou até 1999, quando os desentendimentos internos deixaram de estar na mira de políticos interessados na situação. Mas é evidente que pode voltar à tona, sempre que for apropriada como mote para dissensões entre os múltiplos atores da cena indigenista na Amazônia.

Se, hoje, as tensões entre o Conselho das Aldeias Apina e a APIWATA entraram em surdina, é porque as famílias e os chefes dos grupos locais que se representam nestas duas organizações assumiram seus próprios rumos e buscam agora consolidar – de forma independente e com parcerias diferenciadas – suas próprias alternativas de futuro. Não há conflito aberto, na medida em que a estrutura sócio-política, o sistema de ocupação territorial e as etiquetas de comportamento sempre garantiram respeito pela autonomia pessoal. Mas ficou evidente, entre todos grupos locais, o esfacelamento da autoconfiança na tomada de iniciativas coletivas. Desânimo compensado pela injeção, a partir de 1998, de um volume crescente de recursos monetários alocados a indivíduos, na forma de "salários", que passaram a ser considerados indispensáveis para subsidiar necessidades de consumo adquiridas no trânsito intenso entre as aldeias e a cidade que o próprio assalariamento promovia. Finda a fase de implantação desta nova "alternativa econômica", pode-se hoje constatar o impacto do assalariamento sobre o sistema de ocupação territorial, e de um conjunto de problemas mais graves do que os derivados das divergências internas que a mídia local tanto noticiou nos anos 1997 a 1999. Como se verá adiante, as transformações decorrentes do modo de vida atingem indiferentemente aldeias partidárias do Apina ou da APIWATA.

Este é o contexto no qual devem ser avaliados os desafios que se colocam hoje para a execução de um programa de vigilância ⁽⁵⁾ que, como previsto na parceria com o PPTAL-FUNAI, está baseado no princípio da participação coletiva e na perspectiva da sustentabilidade da ocupação indígena na terra demarcada. A indispensável contextualização apresentada acima evidencia que, apesar das intenções de programas como este, para fortalecer a capacidade de controle territorial, devemos considerar, caso a caso, como se modificam as iniciativas dos índios, no contexto mais amplo de suas relações com as diversas instituições que atuam em suas aldeias, ou seja, considerar que, em termos de gestão territorial, nenhum resultado poderá ser alcançado se não forem cotejadas e – se possível – superadas as contradições entre as múltiplas intervenções que incidem sobre a vida social, política e econômica de uma comunidade indígena. Sem esquecer, é claro, que "a comunidade" pode não existir, como evidenciam tão claramente os Wajãpi.

DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA O FUTURO, NA PERCEPÇÃO DOS WAJÃPI

Para introduzir os desafios que se colocam hoje aos Wajãpi para a manutenção da integridade de sua terra, transcrevo três depoimentos, registrados nas discussões que a equipe do CTI tem promovido com representantes de todas as aldeias, para discutir alternativas de futuro, durante os cursos de formação, oficinas ambientais, estágios, reuniões de parceria, etc.

Japarupi (Professor da aldeia Manilha, 12.2001)

- "O que vai acontecer ! Agora os jovens já começaram a se organizar direitinho, temos nossa associação. Se eles começam a sair desse lugar, aí vai criar muita coisa ruim... Eu acho que no futuro, como eu estou pensando sempre, como eu ouvi muito meus parentes, filhos dos meus parentes, já começaram; o pai comprou brinquedo assim para eles, vai acostumando. Quando ele cresce, vai pensando e quer uma coisa quando passa na TV, uma coisa mais. Aí vai acostumando, porque

⁵ No último período, a programação de atividades inclui, além das expedições de fiscalização e reavivtação dos marcos e placas em todos os limites, o apoio logístico às famílias que instalam roças e/ou aldeias em faixas de limites. Promovemos encontros e debates com moradores do entorno da terra demarcada, além de cursos de mecânica de motor de popa e cursos de construção de canoas. Por outro lado, neste último ano, o programa implantou um estágio administrativo para jovens e adultos que permanecem por períodos de 20 dias na sede do Conselho Apina, em Macapá, onde participam, não apenas das tarefas burocráticas dos diversos projetos em andamento, mas de todas as reuniões e atividades de planejamento dos trabalhos de assistência e vigilância realizados na área.

acostuma ver, desde criança, e então vai comprar aquilo. Aí, outro dia, outro modelo, vai pensar de novo em comprar. E o futuro não vai segurar mais como nós agora estamos. Porque os meus alunos, como a gente tá dando aula pra aluno, vão estudar direitinho, vão falar bem português, conhecer bem escrito, alguns deles vão sair professor, mecânico, vai ter salário pra eles e eles vão sair comprando o que quiser. Como nós estamos: nós recebemos ajuda de custo e mesmo assim, a gente compra o que não é necessário; por isso que eu estou comparando com o futuro, com as crianças, porque como nós não entendemos nada em português, nós só falamos pouco, mesmo assim estamos usando coisa do branco. Pior ainda depois, quando nossos alunos vão saber falar bem em português. Vão fazer uma casa só de forró, vão comprar aparelho de som. Por isso, eu estou dizendo muitas vezes só para minha cabeça: porque esquecem a festa, porque só os velhos fazem as festas, porque não somos nós, os professores que fazemos festas. Daqui a uns cinco anos, vai ser pior ainda, só de violão; vai puxar energia para dentro a partir da estrada, vai começar a comprar guitarra, vai acumulando a coisa do branco. Vai piorar; com certeza, vai. Tem gente que conversa com os filhos, tem jovem que respeita o pai, e aí, será que o pai vai segurar ele ? "Não, não compra aquilo !- Não, isso aqui eu trabalhei, o dinheiro é meu, vou gastar meu dinheiro sozinho, você não me manda !". O que o pai vai dizer para ele ? Vai ficar calmo. Vai acontecer assim. Porque nossa terra é rica. Assim que eles vão pensar, quando eles não conseguirem (ser) empregado, assim, de ter um salário. Aí, eles vão pensar: "O que nós vamos fazer ? Então, nós temos ouro, vamos deixar eles trabalhar (garimpeiros), vamos deixar eles tirar madeira, vamos comprar aquilo. Comprar carro sozinho (para usar sozinho)". Se eles pedirem para comprem carro, os caciques vão dizer "Não faça aquilo". Não, não vão escutar, vão direto pra Serra do Navio, por aí. Não adianta. Os caciques vão dizendo... Estou comparando pelo nosso, nós somos estudantes, português nos falamos pouco, a gente não conhece bem a lei, a gente não conhece bem a escrita, a gente não tamos dando aula sozinhos em português. Nossos filhos não, vão conseguir sozinhos escrever com computadores, vão pra reunião sozinhos, nós não. Nós não, tamos precisando ainda de ajudantes. Acho que no futuro vai ser assim, não sei se o resto pensa assim. Essa é a versão do Japurupí sobre o futuro".

Aikyry (professor da aldeia Mariry, atual Presidente do Apina, 12.2001)

- "Vou falar um pouco, como nós Wajãpi que tamos aqui na terra, eu vou comparando como era o passado, com o presente, com o que vai acontecer no futuro. Por exemplo, nós Wajãpi antigamente morava, vivia bem dentro da nossa área. Não tinha poluição como está acontecendo agora, que a gente trouxe da cidade e a gente está poluindo um pouco a nossa terra indígena wajãpi. Eu acho que isso, no futuro, se nós Wajãpi não aconselhamos nossos filhos, nós professores não aconselhamos nossos filhos, nós professores não informamos nossos parentes, aí o lixo vai acumular e nos vão poluir todas nossas aldeias antigas e nossas aldeias novas. É importante aprender para passar pra nossos parentes o que nós estamos aprendendo. Outra coisa também, por exemplo, antigamente, nossos antepassados usava aquele machado de pedra para derrubar as árvores e cada vez mais tá mudando, depois que nos foi contato com não-índio, nós precisamos de machado de ferro para derrubar as árvores e hoje em dia. Eu, por exemplo, estou comprando uma motoserra para derrubar as roças, então a minha roça, eu faço a roça o tamanho que

eu quiser. E alguns dos meus parentes estão dependendo dos não-índios, contrata os motoserristas, operadores de moto-serra para derrubar suas roças e isso tá acontecendo, é por causa do dinheiro, por causa dos salários, por isso que eu digo sempre pra mim, sempre eu falo com meus parentes, eu sou contra do meu salário, eu sou contra do dinheiro, por que as vezes quando a gente não sabe usar prejudica também a gente, e também, a gente muda as coisas também. Mas quando a gente sabe usar como é que tem que gastar dinheiro, aí é boa pra pessoa também. Por exemplo, de plantação, antigamente nós usava aquele, uma vara, que a gente aponta como terçado para meter mandioca, maniva, dentro. Depois agora, nós estamos usando enxada para cavar terra, né e nós mesmo plantar, e hoje em dia está começando os Wajãpi contratar os não-índios, os colonos, o pessoal que mora na estrada, para plantar suas roças, então está mudando alguma coisa. Eu não vou dizer que Wajãpi está do mesmo jeito, como eram os antigos. Mas a alimentação que a gente come, a maioria da gente tem comida que a gente mesmo produz. Mas algumas Wajãpi que tem assalariados, que moram na estrada, que tem dinheiro, compram essa alimentação da cidade e traz aqui e um dia isso vai acumulando, se a gente não aconselha nossos conselhos, e nossos futuros filhos. Então, nós temos que sempre pensar como é que nós vamos fazer, como é que vão acontecer no futuro, temos que caminhar o caminho certo para não acontecer um problema sério. Isso que eu tou falando de dinheiro, que sou contra, porque um dia meus parentes vão pensar de vender – como o Japarupi disse – vão pensar em vender madeira, ou vão trazer pessoal de fora para tirar ouro. Se a gente não aprende, só nós mesmo Wajãpi trabalhar, tendo autonomia, se nós não aprende autonomia, sempre nós vamos depender de karaikō, de não índio, de sociedade envolvente. Por isso que eu digo sempre, Wajãpi está mudando, mas pelo contrário, alguma coisa não está mudando. Por isso eu não vou dizer que Wajãpi não fala bem português, melhor ainda quando não fala bem português ainda, mas alguma coisa tem que falar bem português para poder ajudar o povo, para encarar as autoridades brasileiras, para explicar direitinho, para responder tudo, para fazer projetos para ajudar o povo. A educação, antigamente não existia assim, nós não sabíamos ler, escrever, nós Wajãpi aprendíamos só na cabeça, oralmente. Agora não, tem que ler, escrever, isso estraga a vista da pessoa, agora oralmente melhor ainda pra gente antigamente, hoje em dia a gente não está enxergando mais preguiça que tá lá em cima da árvore, só se for binóculo pra puxar, aí sim enxerga preguiça..."

Kasiripinã (ex-presidente do Apina, documentarista, chefe da nova aldeia de Okakai, extremo norte da área, 2000)

- Eu sempre penso em morar como antigamente....Temos que cuidar dos rios para karaiko (não-índios) não sujar. Quero morar onde tem muito peixe no rio. Eu penso muito nisso. Por isso fico doente e a minha cabeça dói. Se não pensasse muito ela não doía. É que estou muito preocupado com o futuro de minha terra. Quero levantar a cabeça dos meus parentes para cuidar da nossa terra. Porque eu estou preocupado com a floresta. Eu quero que continue a ter tudo o que a gente precisa para viver. Como antigamente. Com a água limpa, que não faz mal quando a gente bebe.

- Por que agora a gente fica só parado numa aldeia velha? Antigamente não era assim. A gente morava um pouco num lugar e mudava logo para crescer a caça, os animais. Para a floresta crescer rápido de novo. Agora estamos derrubando os açaiçais e as bacabas para cobrir nossas casas. Antigamente não era assim. Se acabava a palha para cobrir nossas casas mudávamos para outro lugar onde tivesse muita palha.... Se derrubamos tudo o tempo todo, aí a floresta não cresce bem. A terra vai ficar fraca. Estará morta. Não crescem mais plantas. Porque a floresta também quer viver. Criar filhos também. Quer viver como a gente. Eu sou como (o chefe) Waiwai, quero cuidar da floresta, da caça, dos animais. Quero cuidar dos rios. Sei que existem muitos índios que perderam tudo o que eles tinham.

- Antigamente quando morria alguém, a gente se mudava logo e deixava aldeia do morto virar cemitério. Agora no Mariry e Aramirã está cheio de cemitério. Isto não é da cultura dos Wajãpi. Nosso avô ia no mato e ensinava tudo para nós: como se caçava, usava as plantas, os remédios. Agora nós não ensinamos os remédios para os nossos filhos. Agora Wajãpi está só acostumado com remédio de karaiko. Um dia, lá em Belém, um médico me ensinou que remédio de karaiko não é bom. Faz mal para a gente. Gripe, isso não tem jeito. Não tem remédio. Médico só dá remédio para ajudar. O que faz a gente não pegar gripe é comer bem. Se nos alimentamos bem, com muita fruta, muita caça, tomamos muito caldo, aí a gente fica forte e não fica doente. Eu gosto de falar no rádio com o pessoal para saber como está indo tudo. Nas aldeias distantes sempre está tudo bem. Com muita comida, muita saúde. Nas aldeias velhas e centrais sempre falta comida e o pessoal só fala em doença.

Karaikô não vai cuidar da nossa terra. Quem tem que cuidar da nossa terra somos nós mesmos. Alguns me escutam, outros não escutam. Por isso eu estou o tempo todo falando com todo mundo. Para ver se alguém me ajuda. Eu não penso só em pedir dinheiro. Alguns Wajãpi estão fazendo como antigamente. Vão com suas famílias para aldeias novas para plantar, caçar e comer bem. Estão ensinando tudo aos filhos deles. Assim eu estou gostando. Assim eu vou ficar feliz. Mas tem Wajãpi que só está pensando em pedir dinheiro. Só estão querendo conseguir salário. Tem gente que só quer criar peixe e galinha. Eles estão querendo que a energia chegue para poder só assistir televisão. Só estão pensando em viver como karaikô. O pensamento deles está fora da cabeça. Eu só quero painel solar para o rádio, soro de cobra e poder assistir meus filmes e dos meus parentes".

Avaliar as preocupações expressas nesses três depoimentos – selecionados entre muitos outros – não é uma tarefa fácil, se quisermos hierarquizar, com pesos locais, as transformações decorrentes da crescente convivência com pressões diversas do entorno. Não se trata de averiguar, como vem produzindo, em mais uma área indígena, o alinhamento do modo de vida tradicional aos padrões sociais, culturais e políticos dominantes em nossa sociedade, mas de focar as situações em que os narradores manifestam a perda de confiança nos conhecimentos e nas práticas tradicionais, sua consciência da desigualdade no acesso aos bens manufaturados, seus conflitos entre gerações. Trata-se de verificar como são percebidas as transformações decorrentes da sedentarização e o

conseqüente empobrecimento da qualidade de vida. Verificar, enfim, quais soluções suas análises apontam. Os problemas levantados por Japarupi, por Aikyry e por Kasiripinã tornam-se muito mais relevantes quando cotejados às contradições entre as políticas indigenistas implementadas pelas agências que atuam naquela terra indígena.

Encurtando o argumento que se pretende desenvolver aqui, poderíamos considerar uma primeira solução para o planejamento do futuro, bastante próxima da atual realidade: cada agência atua independentemente, construindo parcerias também independentes com tal ou qual grupo local. Esta seria, aparentemente, a alternativa de futuro mais "tranqüila" tanto para os Wajãpi – estruturados em grupos autônomos – como para as diversas instituições que atuam entre eles. Bastaria atender à demanda de cada grupo, apoiando assim a tradicional independência nas relações entre indivíduos e parceiros não-indígenas e líderes de facções Wajãpi, que poderiam ver concretizadas suas expectativas ou seus objetos de desejo. Por exemplo:

- uma antena parabólica e uma tv para **W** e seu irmão, que, na verdade, sonham em poder dispor, um dia, de um estádio de futebol em sua aldeia;
- um salário mensal para **X** e seus partidários, que querem adquirir tudo o que os macapaenses de classe média podem comprar nos supermercados e *shopping centers* de Macapá;
- para **Y**, o deslocamento e a manutenção de um professor e de um auxiliar de enfermagem (não indígenas), mesmo que não se adapte à rotina de uma aldeia situada a oito dias de caminhada de um centro urbano;
- um fluxo contínuo de verbas para consertar motores de popa, combustíveis e ferramentas para **Z**, que pretende viver no limite da terra demarcada, mas só irá quando dispor de equipamentos de transporte e comunicação compensadores...

Trata-se, é claro, de uma ficção. Mas os elementos acima mencionados não são de todo inusitados, quando se conhece o rol de demandas apresentadas por chefes de grupos locais wajãpi. No atual quadro político regional, cada um deles poderia até encontrar suporte ou, pelo menos, receber promessas para a concretização dessas demandas, inclusive sustentadas em argumentos em torno da "autonomia indígena",

utilizadas hoje por todos, sejam agências governamentais, não-governamentais, partidárias ou não, religiosas ou não.

O problema, que os Wajãpi ainda não conseguiram entender completamente, é que a concorrência entre diversos "projetos" ou soluções apresentadas por essas agências para o futuro "comunitário" vêm seus resultados drasticamente reduzidos, na prática, pelo fato de serem destinados aos habitantes de uma – e indivisível – terra indígena. É em torno de soluções globais – e não de apoios aldeia por aldeia, como preferem os Wajãpi – que as agências entram em discordia. Os usos dos recursos da terra demarcada estão, como nas demais terras indígenas do país, tanto na mira de políticas públicas de promoção e garantia da sustentabilidade ambiental e social, quanto das políticas locais que promovem um uso imediatista. Uns como outros utilizam como argumentos a promoção dos interesses indígenas e o apelo ao interesse "comunitário". O modo como os Wajãpi se apropriam desses discursos contraditórios é absolutamente tradicional, ou seja, procede na forma de interpretações particulares que valorizam a independência de cada comunidade local. Por esta razão, dentro da área, não há competição declarada, mas, ao contrário, é visível o fortalecimento de trajetórias independentes, julgadas positivamente na medida em que mantêm um padrão culturalmente apreciado.

ALTERNATIVAS NA OCUPAÇÃO, EM ACORDO COM EXPECTATIVAS DE FUTURO DIFERENCIADAS

Para avaliarmos, na conjuntura acima desenhada, os resultados alcançados pelo Programa de Vigilância desenvolvido na TI Wajãpi nos últimos dois anos, um indicador interessante seria o de verificar como se estrutura, hoje, a distribuição das aldeias. Especialmente porque, sempre deixamos claro, tanto ao PPTAL-FUNAI como aos Wajãpi, que a prioridade deste programa do CTI seriam ações que contribuíssem efetivamente para reverter o quadro de sedentarização e dependência nas aldeias "centrais", ou seja, nas aldeias antigas onde um número crescente de famílias foram levadas a se concentrar para ficar perto dos postos e das atividades assistenciais, a cargo de diversas agências. Em função desta prioridade, não pretendíamos apoiar apenas expedições de vigilância intermitentes ao longo dos limites, mas procuraríamos investir em trabalhos que viabilizassem a instalação mais duradoura de assentamentos situados nas

faixas de limites, especialmente naquelas mais ameaçadas por invasões. Como se verá a seguir, esta prioridade veio de encontro a iniciativas e intenções já consolidadas entre alguns grupos locais wajãpi, só não obtendo resultado junto aos que optaram por viver permanentemente à beira da estrada.

Os Wajãpi distribuem-se atualmente entre mais de 40 assentamentos, agrupados como indica o mapa anexo:

- **Faixa sudeste** (acesso pelo igarapé Riozinho e/ou a última a pé pelo Ytape) *Jakareakãgoka, Akaju, Suinar, Yvyraretã, Kupa´y*
- **Faixa leste** (acesso pela estrada e igarapé Felício e/ou as duas últimas a pé pelo Mariry) *Porakenupã, Ari (nova aldeia "central" em construção), Kumakary, Aruwaity*
- **Faixa extremo norte** (para Okakai acesso por avião e/ou 8 dias a pé a partir de Mariry, as outras acessíveis somente a pé, de 3 a 5 dias de caminhada) *Okakai, Najaty, Yjypijõ, Uruvura´yr*
- **Faixa sul** (acesso a pé a partir de Ytape) *Koakywa, Pypyiny (praticamente abandonada) Karavovõ, Mukuru*
- **Faixa oeste** (acesso a pé a partir de Mariry, de 3 a 5 dias – ou por barco a partir de Laranjal, no inverno) *Kamuta (nova aldeia "central" em fase inicial de implantação), Wyraury, Kurawary, Ajawary*
- **Faixa central – complexo Mariry** (acessível em voadeira a partir de Jakare) *Mariry "velho", Tomepokwar, Waseity e outros bairros de Mariry*
- **Faixa central – estrada** *Pinoty, Okora´yr, Kwapo´ywyr, Myrysicsity, Kuruaty, 5 minutos, Ytumiti, CTA, Manilha, Jakare*
- **Faixa central – igarapé Onça** *Tajauwry, Ysururu, Ytuwasu, Ytape (substitui Taitetuwa), Akarary, Kapuwera*

O primeiro aspecto a ser mencionado é que as atividades de vigilância promovidas nos últimos dois anos vêm sendo desenvolvidas com grande interesse por cerca de um terço das famílias Wajãpi. A consolidação desta tendência é um resultado que consideramos extremamente positivo, diante da complexidade dos fatores contrários à dispersão das aldeias pela área. Pode-se até falar de um "movimento" que envolve um número significativo de famílias resolvidas a sair das chamadas "aldeias centrais" (entre elas Aramirã, Mariry, Taitetuwa) para novos assentamentos, próximos dos limites instalados progressivamente em Okakai (norte), Aruwaity (nordeste), Ari (leste), Yvyrareta/Kupa´y (sudeste), Kamuta (oeste), além de núcleos previstos em torno de roças já abertas nas zonas de limites que cada um desses grupos percorre e ocupa, historicamente. Desejam viver ali porque há fartura em caça, pesca e terras agrícolas, que cada grupo conhece e no qual vem desenvolvendo suas atividades desde muito tempo. Mas esse movimento não é apenas para "viver como antigamente", pois cada grupo tem demandas para esses novos centros que devem substituir as aldeias centrais "velhas": todos argumentam que precisam de infraestrutura de comunicação e transporte, de apoio para construções de casas comunitárias, onde serão realizados os trabalhos dos agentes de saúde e

professores. Soluções interessantes foram encontradas por alguns, como, por exemplo, a compra de um motor de popa com os salários de três professores indígenas de Mariry, que pretendem se mudar em 2003 para a nova aldeia Kamuta. É este plano de ocupação aliado ao uso coletivo do "dinheiro particular" que a equipe do CTI vem apoiando, em formatos discutidos detalhadamente com os chefes e representantes de todos os grupos locais por ocasião dos cursos, reuniões e das atividades do estágio administrativo realizado na sede do Apina em Macapá.

Mas, no contra fluxo desse movimento, há muitas famílias que pretendem continuar fixadas na beira da estrada e que, por sua vez, estão também incrementando este movimento de concentração. Existem atualmente 10 aldeias – de um total de 40 – assentadas na beira da estrada, e a concentração cresce no trecho entre CTA e Manilha, com 5 aldeias. Assim, este ano, os moradores da aldeia Ytuwasu estão se transferindo progressivamente para a estrada, onde fundaram a aldeia chamada "5 minutos", perto do CTA. Pela sua localização, os moradores desta aglomeração acabam por não se sentirem muito envolvidos com as atividades de vigilância, sobretudo porque elas estão agora voltadas para o apoio aos assentamentos situados nos limites. As famílias que vivem na estrada continuam aguardando o incremento do apoio que funcionários da ADR-FUNAI e da Prefeitura de Pedra Branca tinha lhes fornecido ou prometido quando optaram por se instalar na estrada, há alguns anos. Por exemplo, o projeto de piscicultura de tilapia e tambaqui, a construção de uma enfermaria no CTA com apoio da ong alemã Target, etc...

O contraste entre as duas alternativas de futuro acima mencionadas e a indefinição de um número relevante de famílias pode ser esquematizado como segue, como se fossem três opções de futuro:

- de um lado, o movimento de muitas famílias que estão efetivamente interessadas em viver próximo dos limites e em regiões onde há fartura alimentar, e que estão pedindo apoio para comunicação, transporte e construção de centros comunitários,
- do outro, os que preferem viver na estrada, "perto dos karaiko", e que tentam obter apoio dos mais diversos agentes – ADR FUNAI, prefeitura, políticos locais, missionários evangélicos – para fazer construções e obter recursos para garantir compra de alimentação, etc...
- há um terceiro grupo (assentamentos situados na entrada da área, entre Pinoty, Oko ra´yr e Aramirã – além dos que vivem perto da base

da MNTB no Riozinho) com posição intermediária, que – no caso dos primeiros – até participam do movimento de ocupação do limite leste / Ari, mas não pretendem ainda sair da estrada ou da proximidade de postos (no caso de Jakareakãgoka).

O fato é que TODAS as aldeias "centrais" antigas (algumas com cerca de 20 anos de ocupação, quando o tempo tradicionalmente estipulado para garantir qualidade de vida num local era de no máximo 5 anos) e todas as que foram instaladas na beira da estrada – inclusive a recém fundada aldeia "5 minutos" – sofrem do esgotamento dos recursos e sérios problemas de lixo. Além disso, como em torno de Aramirã por exemplo, não há mais terras boas para roças. Nesses assentamentos, a alternativa tem sido recorrer aos salários – de agentes indígenas de saúde, de professores, de serventes que limpam as escolas, de aposentados, de funcionários indígenas ou prestadores de serviços para a FUNAI – para adquirir alimentação complementar... Hoje, muitos substituíram a compra de munção pela compra de enlatados. Cria-se peixe em lagoas para consumo familiar e inclusive para vendê-lo a quem precisar... Um Wajãpi vendendo "peixe criado" para outro é uma solução bastante preocupante... Este ano, algumas famílias chegaram a contratar colonos para derrubar e plantar suas roças na proximidade da estrada, supostamente para "aprender" como fazem os brancos para ficar morando sempre no mesmo lugar...

A equipe do CTI, envolvida há muitos anos na formação de agentes comunitários (6) e na assessoria a um programa de vigilância, que pretende apoiar a sustentabilidade da ocupação indígena na terra demarcada, tem enfaticamente condenado todas essas alternativas que passam pela dependência crescente de dinheiro, especialmente quando oriunda de "salários" apropriados em formato "particular" (para comprar comida para cada família, para contratar serviços, para derrubar roças familiares, comprar sem critério nas lojas da cidade, mas, sobretudo, para gastar em prostíbulos e bares em Macapá...). Temos argumentado especialmente que essas práticas não são soluções sustentáveis e que elas vêm criando ilusões quanto ao processo de autonomização, que algumas lideranças têm assimilado ao "uso particular" de dinheiro e à obtenção de mais e mais projetos com salários. Discutimos muito com os Wajãpi os impactos

⁶ Ver: D.T. Gallois – Programa de Educação Waiãpi: reivindicações indígenas versus modelos de escolas – in: A . Lopes da Silva & M.K. Leal Ferreira "Práticas pedagógicas na escola indígena". Fapesp & Mari, Ed. Global, 2001.

negativos dessas soluções, que não resultam em melhoria das condições de vida, muito pelo contrário... Como muitos deles mesmos afirmam – especialmente os chefes mais velhos e a diretoria do Apina – os salários trouxeram muitos problemas, entre eles o aumento vertiginoso de DST, o perigo da AIDS, o uso crescente de bebidas alcoólicas (agora não limitado à estada na cidade, mas também consumido nas aldeias), o conflito de gerações, a competição e a inveja entre famílias. Um dos impactos mais visíveis é, sem dúvida, a concentração de mais e mais famílias na beira da estrada, onde – segundo a expressão de Kasiripinã – "se espera o carro passar e o dinheiro chegar". Outro, mais difícil de perceber para a maior parte dos técnicos de assistência, que não circulam muito na área, é a tensão permanente entre os jovens – que sonham em ficar em Macapá e não querem mais trabalhar ou caminhar "longe" com os adultos – e os velhos que acabam por assumir todas as tarefas pesadas no cotidiano das aldeias. Em médio prazo, as conseqüências são previsíveis: quem recebe salário ou aposentadoria não pode morar longe, pois todo mês, deve ir para Macapá, receber, comprar, gastar.... Por exemplo, o velho Renato, chefe da aldeia Pypyiny passa a metade do seu mês viajando ida e volta para Macapá e a outra metade se recuperando daquela viagem de muitos dias de caminhada e constrangimentos na cidade... Os aposentados não gostam muito das estadas em Macapá, mas os jovens que os acompanham acabam por incentivá-los a voltar, "para se divertir". Tememos que um dia, Renato desista de viver longe porque ele considera mais importante fazer esses deslocamentos para receber sua aposentadoria do que viver isolado, sem muitas pilhas ou munição. Há muitos outros exemplos que poderiam ser citados.

Esse longo comentário visa explicitar que o resultado de um programa de apoio à vigilância participativa de uma terra indígena não depende exclusivamente do esforço de seus técnicos ou do cumprimento de tarefas agendadas. Há muito tempo, a equipe do Programa Wajãpi do CTI procura ampliar o debate sobre essas questões com as outras agências que atuam na área indígena – DISEI, ADR FUNAI, Secretaria de Obras do GEA, Secretaria de Educação e NEI, etc...⁷ É agora indispensável avaliarmos conjuntamente o impacto das políticas de assistência (que tendem a centralizar suas ações nos postos e aldeias centrais) e do assalariamento

⁷ Cfr. Seminário "Terra Indígena Wajãpi: alternativas para o desenvolvimento sustentável" – Macapá, 1999. Reuniões bi-anuais promovidas pelo CTI para discutir o andamento dos trabalhos de parceria com representantes das aldeias Wajãpi.

dos índios sobre sua qualidade de vida e seu sistema de ocupação. Continuamos lamentando que, sob a alegação de que "o índio tem direito" (ou com o objetivo mais imediatista de agradar os índios), os salários foram introduzidos por agências que não conheciam a dinâmica social e política dos Wajãpi e sem qualquer preocupação com as conseqüências em seu modo de vida e seu sistema de ocupação. Salários são, agora, reivindicados pelos indivíduos wajãpi que consideram estar "contratados" porque "recebem" ou "trabalham para" tal ou qual agência. Mas muitos – como indicam os depoimentos – estão percebendo o quanto esse assalariamento tem contribuído para tensões internas, além de gerar novos problemas de saúde. É nesse sentido que temos insistido em conversar com representantes dessas agências, especialmente ADR FUNAI, Ministério da Saúde, NEI, para incentivarmos um esforço conjugado de todos, no sentido de apoiar alternativas de engajamento dos Wajãpi nessas atividades em formas mais sustentáveis tanto social quanto ambientalmente.

SUGESTÕES PARA A TRANSIÇÃO E O "RESGATE" DE UM EQUILÍBRIO SÓCIO-AMBIENTAL

Tanto os *karaikô* que atuam na área indígena, como os próprios Wajãpi, percebem hoje a delicada transição em que o grupo se encontra. Para os índios, significa a dificuldade de escolher entre tantas alternativas contraditórias, que já não são apenas propostas para o uso do território, mas práticas em curso. Qualquer que seja o rumo tomado pelos diferentes grupos locais, todas as soluções escolhidas poderão se consolidar, na medida em que existem "parceiros" para subsidiá-las.

Por todas essas razões, consideramos que uma das principais contribuições do Programa de Vigilância Wajãpi / PPTAL-CTI – assim como das oficinas de diagnóstico ambiental iniciadas mais recentemente com apoio do FNMA – foi a possibilidade de promover a discussão coletiva acerca dos usos atuais e futuros dos recursos da terra demarcada. Os primeiros encontros – em 1999 e 2000 – viabilizaram um debate, muitas vezes acirrado, entre os grupos locais que queriam obter prioridade, para suas aldeias, de benfeitorias das mais diversas, incluindo alocação de professores, auxiliares e outros técnicos não-índios, do acesso aos veículos para viagens até Macapá, etc... A importante lição desses debates foi que todos estão conscientes hoje de que a gestão do território depende fundamentalmente da gestão da assistência. Como resultado desta fase, pode se mencionar a substituição de alguns discursos correntes no passado – aliás, de longas listas de pedidos apresentadas com o argumento de que

"nós não vamos voltar ao tempo dos antigos" – por outras, que evidenciam a compreensão, por parte dos Wajãpi, da necessidade de "organizar" e "controlar" as relações entre as aldeias e entre estas e os agentes de assistência. Tal ênfase no controle social está presente no posicionamento dos jovens que dirigem o Conselho / Apina, como Japarupi e Aikyry, acima citados. Priorizar conversas sobre a gestão das atividades de assistência foi determinante para que os Wajãpi conseguissem voltar – sem brigas, mas ainda com constrangimentos – à discussão dos impactos das políticas de assistência e do assalariamento. O que permitiu, nas reuniões mais recentes, debater a gestão dos recursos da terra demarcada, quando os representantes das diferentes aldeias puderam comparar a situação em todas as aldeias, não apenas em termos de acesso aos serviços de assistência, mas à caça, aos produtos de coleta, à zonas adequadas para agricultura, assim como discutir o acúmulo de lixo, a perda de qualidade da água, etc... Na última oficina de diagnóstico ambiental, as discussões giraram em torno da capacidade de suporte, com detalhamento dos prejuízos resultantes da degradação ambiental e social gerada pela sedentarização em torno dos postos. Todo esse caminho de discussões possibilitou retornar, enfim, ao debate acerca da dependência em relação aos bens e serviços dos não-índios. Se alguns líderes assumem essa dependência como fato e como alternativa de futuro – reivindicando subsídios crescentes para atendê-la – há um número razoável de chefes de família e de líderes a se posicionar a respeito da necessidade de controlar tal dependência, mudando não apenas as "aldeias velhas", como também os "postos velhos". Não é fácil reivindicar a mudança dos postos de assistência, pois os Wajãpi sempre se colocam a dúvida sobre o interesse dos não-índios em se locomoverem até suas aldeias, quanto mais transferir enfermarias e escolas?... Mas esta é certamente uma das soluções apresentadas pelos Wajãpi que a equipe do CTI pretende apoiar com o maior empenho.

E é nesse sentido que estamos propondo – nas reuniões realizadas nas aldeias – uma abordagem nova para discussões em torno de noções como "fortalecimento cultural", "resgate", "autonomia", "desenvolvimento sustentável", etc... Essas idéias chegam aos Wajãpi – e a todos os grupos indígenas minimamente conectados aos discursos em torno do "etno desenvolvimento" – na forma de um conjunto de propostas concretas, ou seja de "projetos", que visam consolidar sua visibilidade indígena. Assim, em nome do "resgate cultural", programas de governo e projetos de ongs se propõem apoiar a comercialização de artesanato, a edição e venda de livros

e discos, a realização de shows e exposições, a construção de casas de cultura, etc... Para os grupos indígenas, estas alternativas são interessantes, na medida em que trazem recursos que subsidiam suas crescentes obrigações e trânsito nas cidades assim como suas necessidades de consumo. Se participar de eventos e de produções desse tipo contribui para mobilizar as comunidades e as prepara para enunciar, diante de públicos diversos, seu interesse em preservar patrimônios culturais diferenciados, é também evidente que a apropriação destas práticas de visibilidade canalizam os esforços indígenas para o palco dos não-índios, com muito pouco retorno para a recuperação de sua qualidade de vida, na vivência cotidiana das aldeias.

Por este motivo, o que nos parece essencial debater junto com os Wajãpi, como alternativas prioritárias para o chamado "resgate" cultural, são as condições necessárias à continuidade da transmissão e experiência dos conhecimentos e das práticas que sustentam seu modo de vida e sua especificidade cultural. Os ricos saberes sobre a fauna, a flora, e as dinâmicas ecológicas, os vastos conhecimentos que sustentam as atividades agrícolas e o processamento de alimentos, etc... assim como os mais diversos aspectos de sua organização social, formas de intercâmbios, etc... só poderão ser vivenciados e valorizados pelas próximas gerações se continuarem sendo praticados e julgados adequados à manutenção da qualidade de vida. A transmissão e a prática efetiva desses saberes estaria em risco, quando se sabe que um número crescente de Wajãpi vem se apropriando, por curiosidade ou comodismo, de técnicas exógenas, seja na agricultura, na alimentação, na caça, etc...? Muitas vezes, são apreciadas apenas porque são "dos brancos". Ou seja, ao mesmo tempo em que os Wajãpi se dispõem a fortalecer sua visibilidade como portadores de uma cultura diferenciada através da exibição ou venda de produtos "culturais", os conhecimentos e práticas que embasam esta especificidade deixam de ser valorizados por um número significativo de jovens e por algumas famílias que desejam "viver e trabalhar como karaikõ". Por ora, trata-se apenas de experiências relativamente isoladas e nem todos os Wajãpi descartam o interesse dos saberes "dos antigos" como substrato essencial na manutenção de sua qualidade de vida, razão pela qual consideramos essencial difundir entre eles uma nova definição para a noção de "resgate", muito diferente da que vem sendo propagada nos programas convencionais. Como conhecimentos – nas sociedades indígenas como nas nossas – são, por natureza, dinâmicos e sujeitos à permanente atualização, não se trata de recuperar algo passível de perda, como sugere a noção convencional. O

que se pode e deve resgatar, ao contrário, é o controle social sobre as transformações sociais, políticas e econômicas em curso, visando a melhoria das condições de vida, sejam elas formas "tradicionais" ou não. Atendendo ao interesse dos Wajãpi que, como formulava Aikyry, não são "como pedras, que nunca saem do lugar", nem teriam porque "voltar ao tempo dos antigos", o que pretendemos oferecer aos Wajãpi – através de ações nas áreas de educação, saúde e vigilância territorial – é uma renovada autoconfiança na sua competência em promover, coletivamente, alternativas que contribuam para seu equilíbrio social e ambiental. Para isso, eles precisam se afirmar como atores capazes de exercer "um controle sobre o desenvolvimento do nosso desenvolvimento" (8).

⁸ Cfr. Peña Veja "Meta-desenvolvimento, auto-organização e incerteza: um caminho em direção ao pensamento ecológico" - in: E.Castro & F. Pinton "Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente", Ed. Cejup, 1997.